



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002314-17.2024.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Transporte - SET

ASSUNTO: Prorrogação e Reajuste – Contrato nº 5/2025 - Objeto: Prestação de serviço de seguro total para atender à frota de veículos oficiais.

DESPACHO Nº 1331 / 2025 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório na modalidade de pregão na forma eletrônica, foi firmada a contratação da empresa GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, para a prestação de serviços de seguro dos veículos da frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), dimensionada para 1 (um) ano, a partir de 07/01/2025, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no Contrato Administrativo nº 5/2025 ([1308097](#)), atualmente em plena execução.

Por meio da Remessa nº 179/2025 – SET ([1444007](#)), o Chefe da SET, gestor do contrato, na oportunidade em que reiterou que a empresa vem prestando seus serviços de forma regular e satisfatória, solicitou a prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses (até a data de 06/01/2027) e o reajuste na ordem de 2,52% (dois inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento). Afirmou que se trata de expressiva vantagem econômica à Administração, conforme verificou em cotação de preços realizada ([1444073](#)).

Por meio do Despacho nº 2897/2025 ([1444509](#)), o Secretário da SAOFC, após breve relato dos fatos, destacou a solicitação de prorrogação e reajuste, de modo a determinar o envio do processo à COFC para programação orçamentária da despesa, consoante informações da gestão contratual, à SECONT para lavratura da minuta do termo aditivo, com posterior análise pela AJSAOFC.

Em atendimento ao despacho supra, o Coordenador da COFC registrou que *"trata-se de contratação com previsão de execução de despesas no exercício financeiro vindouro para o qual não se faz possível a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro, dos valores a serem executados em 2026, por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual e da abertura do exercício financeiro 2026 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME"*. Em complemento, informou também que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2026 tramita no processo nº 0000002-34.2025.6.22.8000, e há previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação ([1445922](#)).

A SECONT trouxe ao processo a minuta do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 05/2025 ([1447975](#)), para registro da dilação contratual pleiteada e o referido reajuste.

Mediante o Parecer Jurídico nº 188/2025 ([1454565](#)), a AJSA-OFC opinou pela possibilidade jurídica de prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses a partir 07/01/2026, de acordo com artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 5/2025 e do reajuste do valor contratual, na ordem de 2,52% (dois inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), referente ao período de novembro/2024 a outubro/2025, com efeitos financeiros sobre o contrato a partir de novembro/2025, considerada a data da ICVEC. Opinou ainda pela conformidade da minuta elaborada pela SECONT com as regras da Lei nº 14.133, de 2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se, em síntese, no mesmo sentido de sua assessoria jurídica ([1455057](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação.

Conforme relatado, a unidade gestora do contrato registra a necessidade de **prorrogação por mais 12 meses** do Contrato Administrativo nº 5/2025 ([1308097](#)).

Sobre a possibilidade de prorrogação do contrato, o artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 estabelece:

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Conforme asseverado pela AJSAOFC, o dispositivo citado traz três requisitos para prorrogação contratual:

O **primeiro requisito** legal permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço ou fornecimento seja prestado de forma contínua, de acordo com a definição contida no art. 6º, XV da LLC. Tal natureza foi registrada no item 7.4 do TR da contratação ([1277361](#)), considerando que o seguro de veículos é caracterizado pela proteção contínua da frota contratada.

O **segundo requisito** diz respeito à **previsão editalícia** de sua prorrogação. Na Cláusula Quinta da minuta de contrato, anexo IV do edital, há clara menção à possibilidade de prorrogação. Veja-se:

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

(Art. 105 e sgs, da Lei 14.133/2021)

*5.1. Este Contrato terá vigência por 1 (um) ano, a contar de 07/01/2025, **podendo ser prorrogado, a critério da Administração até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.***

*5.2. O prazo de execução deste Contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice de seguro, ou seja, de 1 (um) ano a partir das 00h00 do dia 07/01/2025 até às 24h:00 do dia 06/01/2026 - conforme **item 2.2 do anexo I** deste instrumento (Especificações Técnicas).*

5.2.1. Caso o início da cobertura somente seja possível após a data indicada acima, a data a ser considerada será a da assinatura do Contrato.

5.3. Em caso de prorrogação, fica garantida a continuidade da cobertura dos veículos segurados, evitando-se qualquer descontinuidade na proteção contratual.

*5.4. No caso de prorrogação, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um **sistema de bônus**, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.*

5.5. A prorrogação de que trata essa Cláusula é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

5.6. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

5.8. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

5.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

(GRIFO NOSSO)

O **terceiro e último requisito** reside na demonstração da **vantajosidade** para a Administração da prorrogação do ajuste. Como registrado na Informação 179 ([1444007](#)), para aferir a vantajosidade, a unidade gestora realizou pesquisa de mercado. Contudo, obteve em apenas uma proposta válida, apresentada pela MAPFRE SEGUROS, no valor de R\$ 285.200,00 (duzentos

e oitenta e cinco mil e duzentos reais), conforme documento inserido no evento [1444073](#). Dado os preços apresentados pela contratada para renovação do contrato, com reajuste de 2,52% sobre os valores anteriormente contratados, o gestor do contrato registrou que as condições (...) *mantém expressiva vantagem econômica para a Administração, conforme documento constante do evento* [1444069](#).

Assim, verifico que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência, artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e pelas regras contratuais, Cláusula Quarta do Contrato nº 5/2025 ([1308097](#)), situação permissiva à prorrogação na forma pretendida pelo gestor do contrato à prorrogação contratual por 12 (doze) meses a partir 07/01/2026.

Em relação ao custeio, conforme informado pela COFC, há previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação, ainda que dependa de aprovação da Lei de Orçamento Anual e da abertura do exercício financeiro 2026 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME.

Quanto ao reajuste, este tem amparo em diversos dispositivos da Lei nº 14.133, de 2021, adiante transcritos:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

(...)

*§ 7º Independentemente do prazo de duração do contrato, será **obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço**, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.*

§ 8º Nas licitações de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;

(...)

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

(...)

*V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a **periodicidade do reajustamento de preços** e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;*

(...)

§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

§ 4º Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por:

I - reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais;
(sem destaques no original)

Trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, regra também com previsão expressa na Cláusula Nona do Contrato nº 5/2025, que dispõe:

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

(Art. 25, §§ 7º e 8º; Art. 92, V, §§ 3º e 4º, e Art. 135 da Lei 14.133/2021)

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data-base do orçamento estimado na informação conclusiva do valor estimado da contratação (ICVEC).

9.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

Salienta-se que tal reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio, de modo que subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração.

Dessa forma o reajuste em sentido estrito, previsto em cláusula contratual, deve acontecer de forma automática pela Administração.

No caso sob análise verifica-se tratar de reajuste decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferido no período de novembro de 2024 a outubro de 2025.

Assim, elaborado o orçamento no mês de **novembro de 2023** ([1080140](#)), será esse mês aquele definido como data-base para fins do reajustamento anual por meio da verificação da variação do IPCA, que deve considerar o período de 12 meses, **de novembro de 2023 a outubro de 2024**. Tal cálculo resultou no percentual de **4,7581%**, conforme registra a unidade gestora na Manifestação nº 22/2025 ([1407477](#)). Muito embora a unidade gestora tenha comunicado, via Ofício nº 18/2025 ([1446440](#) e [1446497](#)), o acúmulo percentual de 4,68% (quatro inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) sobre o valor do contrato, a empresa contratada expressamente **renunciou ao valor superior apurado**, conforme manifestação no evento [1447912](#). Assim, o **reajuste se dará na ordem de 2,52% (dois inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento)**, conforme proposta comercial da contratada ([1444069](#)) e item 6 da Remessa nº 179/2025 da SET ([1444007](#)).

Por fim, conforme já mencionado, a Assessoria Jurídica opinou ainda pela conformidade da minuta elaborada pela SECONT com as regras da Lei nº 14.133, de 2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

Diante do exposto, com fulcro no artigo 1º, inciso II, da Portaria GP n. 66/2018:

a) **defiro a prorrogação pleiteada** pela gestão do contrato ([1444007](#)) por mais 12 (doze) meses a partir **07/01/2026**, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação, com fundamento no artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e pelas regras contratuais, de acordo com a Cláusula Quinta do Contrato nº 05/2025;

b) **defiro o reajuste do valor contratual, na ordem de 2,52%** (dois inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), referente ao período de novembro/2024 a outubro/2025, com efeitos financeiros sobre o contrato a partir de **novembro/2025**, considerada a data da ICVEC ([1277343](#)); e

c) **determino a publicação do extrato do aditivo contratual** e demais documentos necessários no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em respeito ao princípio da publicidade, bem como no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em consonância com o parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021, bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em consonância com o art. 94 da Lei. nº 14.133/2021.

À SAOFC para prosseguimento do feito.